

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## OS DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE PÚBLICA FRENTE À OFENSIVA NEOLIBERAL E À REIFICAÇÃO CAPITALISTA

Flávia Augusta Santos de Melo Lopes<sup>1</sup>

Jadejessica Costa de Oliveira<sup>2</sup>

Myckaelle Ramos de Araújo Gervasio<sup>3</sup>

Thalita da Silva Messias<sup>4</sup>

### RESUMO

O artigo em questão dispõe sobre os desafios para a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social na saúde pública, compreendendo-a enquanto direito assegurado na Constituição Federal de 1988 e pertencente à Seguridade Social. Foi construído através de pesquisas bibliográficas, sustentando-se na Teoria Social Crítica, que analisa a sociedade a partir das contradições do sistema capitalista. Busca-se evidenciar os impactos advindos dos avanços neoliberais a partir dos anos 1990, ao trabalho dos/as Assistentes Sociais na saúde. Ademais, entende-se que os impasses postos ao projeto ético-político do Serviço Social na saúde pública, explicitam o quanto a formação da consciência de classe possibilita a compreensão do caráter destrutivo e alienante da reificação capitalista. Assim, compreende-se que os desafios que se apresentam ao projeto profissional, estão fincados nos limites impostos pelo atual cenário do desenvolvimento capitalista, mostra-se primordial a realização do debate na e para a formação e atuação profissional dos/as Assistentes Sociais.

**Palavras-chave:** Projeto ético-político. Saúde pública. Serviço Social. Desafios.

### ABSTRACT

The article in question deals with the challenges for the realization of the ethical-political project of Social Work in public health, understanding it as a right guaranteed in the Federal Constitution of 1988 and belonging to Social Security. It was built through bibliographic research, based on the Critical Social Theory, which analyzes society from the contradictions of the capitalist system. It seeks to highlight the

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios; Doutora em Serviço Social; [flavia.augustasm@hotmail.com](mailto:flavia.augustasm@hotmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios; Graduada do Curso de Serviço Social; [jadejessica.oliveira@arapiraca.ufal.br](mailto:jadejessica.oliveira@arapiraca.ufal.br).

<sup>3</sup> Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios; Graduada do Curso de Serviço Social; [myckaelle.araujo@arapiraca.ufal.br](mailto:myckaelle.araujo@arapiraca.ufal.br).

<sup>4</sup> Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios; Graduada do Curso de Serviço Social; [thalita.messias@arapiraca.ufal.br](mailto:thalita.messias@arapiraca.ufal.br).

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



impacts arising from neoliberal advances from the 1990s onwards, on the work of Social Workers in health. Moreover, it is understood that the impasses posed to the ethical-political project of Social Work in public health, explain how much the formation of class consciousness makes it possible to understand the destructive and alienating character of capitalist reification. Thus, it is understood that the challenges that are presented to the professional project, are stuck in the limits imposed by the current scenario of capitalist development, it is essential to carry out the debate in and for the training and professional performance of Social Workers.

**Keywords:** Ethical-political project. Public health. Social Workers. Challenges.

## 1. INTRODUÇÃO

A saúde pública brasileira, enquanto política pública de proteção social, resulta de longos processos históricos complexos que envolvem a mobilização coletiva e o envolvimento do Estado, enquanto agente viabilizador de direitos sociais. A inserção dos/as Assistentes Sociais no âmbito da referida política pública, também representa inúmeros ganhos para a categoria profissional, incluindo-se entre estes ganhos, a possibilidade de materialização do projeto ético-político comprometido com a classe trabalhadora. A conjuntura de crise do Estado, repercute inúmeros desafios à materialização do projeto ético-político do Serviço Social.

Nesse sentido, o presente artigo resulta de pesquisa teórica, desenvolvida através da disciplina de Fundamentos do Serviço Social 4, componente curricular do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, a qual possibilitou a realização de uma análise crítica a partir de uma busca teórica para a compreensão acerca do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro a partir dos anos 1990 e dos impasses e tendências ao exercício profissional, a fim de identificar os limites e as possibilidades deste, bem como potencializar a dimensão investigativa e reflexiva desde a formação.

Esta construção objetiva abordar os desafios postos na contemporaneidade para o exercício profissional dos/as Assistentes Sociais na política de saúde, que é um dos espaços sócio-ocupacionais da profissão. A Constituição Federal de 1988,

PROMOÇÃO



APOIO





em seu artigo 196 e a Lei Orgânica da Saúde (nº 8.080/1990), estabelecem a saúde como um direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantido a partir da redução do risco de doenças e do acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, expressando a proposta do projeto de Reforma Sanitária de democratização da saúde, que tem defendido o conceito ampliado de saúde para além da ausência de doenças desde a década de 1970.

Assim, o avanço do neoliberalismo desde a década de 1990, a partir da contrarreforma do Estado, mostra-se insuficiente sistematicamente, pois o capital só alcança o seu objetivo lucrativo, mediante a exploração e expropriação da força de trabalho e atinge a saúde - por meio da restrição do financiamento público e da dicotomia das ações curativas e preventivas, não levando em consideração a concepção de integralidade na oferta dos serviços - contexto este que incide sobre a profissão e sobre as intervenções na realidade social. Apesar da conquista que a Constituição Federal de 1988 representa para a população, na atualidade, observa-se (e vivencia-se) a agudização das expressões da questão social<sup>5</sup>.

Neste íterim, realizou-se uma análise teórica, a partir de autores lamamoto (2002); (2008); (2019), Mioto; Nogueira (2009), Teixeira (2009), Mota (2014), Bravo; Matos (2006), entre outros, levando em consideração as dificuldades que o Serviço Social tem enfrentado neste espaço de trabalho pela substituição dos interesses públicos pelos interesses privados, que ameaçam constantemente a garantia dos direitos, a democracia e a qualidade dos serviços. O texto aborda os desafios para a concretização do projeto ético-político do Serviço Social, considerando o que diz Barroco (2011, p. 215) acerca de que, “se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura.” E acrescenta-se, uma história de compromisso com a classe trabalhadora, a fim de viabilizar os direitos sociais, o que inclui, o direito à saúde pública, gratuita e de qualidade.

<sup>5</sup> Segundo lamamoto (2002) a questão social diz respeito ao conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, e suas expressões compreendem o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista que impactam as classes sociais.

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Cabe destacar que o processo de reificação é resultado das determinações históricas do capitalismo moderno marcada por alienações múltiplas, tratando-se do modo de ser da sociedade capitalista (MAIA, 2015). No Brasil, o cenário de retração dos direitos sociais tem se mostrado cada vez mais presente, especialmente com o avanço da ideologia neoliberal, a qual além de ser responsável por impulsionar as desigualdades sociais, também é responsável por nortear o sistema capitalista e sua manutenção. De acordo com Bravo e Matos (2006),

O Ministério da Saúde tem apontado como principais desafios: a incorporação da agenda ético-política da Reforma Sanitária; a construção de novos modelos de fazer saúde com base na integralidade, a intersetorialidade e a atuação em equipe; o estabelecimento da cooperação entre ensino-gestão-atenção; controle social e a supressão dos modelos assistenciais verticais e voltados somente para a assistência médica. (BRAVO; MATOS, 2006, p. 15).

Tendo esses fatores em vista, a perspectiva teórico-metodológica pautou-se a partir de pesquisa bibliográfica e documental, que possibilitam a apreensão da temática de forma a (re)afirmar a significativa importância do Serviço Social para a saúde pública, o que explicita a relevância desse debate, que sustenta-se na teoria social crítica (apoiada no pensamento marxiano), a qual segundo Medeiros (2016, p. 356), “a teoria é um modo de ler a realidade e interpretá-la a fim de apreender suas determinações e contradições [...] se coloca, portanto, como fundamento da ação, contribuindo para que se identifique os obstáculos que se colocam à prática.” Diante dos impasses postos à prática profissional dos/as Assistentes Sociais, é preciso pensar na superação desse sistema que manipula as relações sociais, favorece a burguesia e expropria a mão de obra da classe trabalhadora, produtora da riqueza social, mas que não a usufrui, sendo necessário preservar a emancipação política, mas principalmente, conquistar a emancipação humana a partir do fomento à consciência de classe.

PROMOÇÃO



APOIO



## 2. OS AVANÇOS NEOLIBERAIS A PARTIR DOS ANOS 1990 E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE PÚBLICA

Ao se examinar o desenvolvimento do capitalismo a partir dos anos 1990, evidencia-se a redução do papel social do Estado que, de objetivar promover o desenvolvimento social e econômico tendo em vista as necessidades da população, passou a ser um agente a serviço do grande capital por meio do apoio à autorregulação do mercado, comprometendo o avanço das políticas sociais e contribuindo para a precarização das condições de vida e de trabalho da população. É válido ressaltar que,

Na década de 1980, enquanto os países centrais assistiam o avanço da hegemonia neoliberal, o Brasil experimentava um pacto social democrático [...] o processo sociopolítico engendrado nos anos que se seguiram a promulgação da Constituição de 1988 foi o de ataque às parcas conquistas sociais e trabalhistas nela estabelecida. [...] desde o início da década de 1990, o Brasil passou a seguir o receituário neoliberal, promovendo a inserção da economia numa ordem globalizada, a privatização do Estado, a redução dos gastos sociais [...]. (ALENCAR, 2009, p. 5 e 6).

No que tange ao avanço da ótica neoliberal, existem dois projetos políticos em disputa na área da saúde que apresentam requisições diferentes ao Serviço Social, como Bravo e Matos (2006) destacam,

O projeto privatista requisitou, e vem requisitando, ao assistente social, entre outras demandas: seleção sócio-econômica dos usuários, atuação psicossocial através de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo através da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais. [...] o projeto da reforma sanitária vem apresentando como demandas que o assistente social trabalhe as seguintes questões: busca de democratização do acesso as unidades e aos serviços de saúde, atendimento humanizado, estratégias de interação da instituição de saúde com a realidade, interdisciplinaridade, ênfase nas abordagens grupais, acesso democrático às informações e estímulo a participação cidadã. (BRAVO; MATOS, 2006, p.10).

Na década de 1990 a classe dominante imbricada à democracia restrita comunga de suas vitórias ampliando as críticas aos direitos previstos na Constituição

### PROMOÇÃO



### APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Federal de 1988, moldando a visão de saúde como mercadoria, defendendo o processo de privatização, mercantilizando a saúde e ampliando o assistencialismo e o clientelismo, e com isso, entende-se que as transformações da realidade reverberam na prestação de serviços dos/as profissionais. A Lei nº 8.080/90, no art.º 4, § 2º, pontua que: “[...] a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar”. Assim, reforça o dever do Estado na prestação dos serviços de saúde pública de forma prioritária, mas a reconfiguração do Estado não expressa essa responsabilidade. Logo, apreende-se que “o SUS, desde a sua implantação, é alvo de desmonte, o que significa uma ampla contrarreforma dos seus princípios e diretrizes.” (GOMES *et al*, 2017, p. 3).

Diante desse contexto, com a ascensão do neoliberalismo e o agravamento das refrações da questão social, expressas na falta de recursos, no tempo de espera por serviços, a pouca abrangência das ações de promoção e prevenção e até mesmo o não atendimento do usuário, principalmente relacionados ao acesso à saúde (CFESS, 2010), se torna visível os impactos no trabalho dos/as assistentes sociais na saúde pública e as mudanças no que se refere a atualização das demandas, abrangência do público e, conseqüentemente, refletem-se na intervenção realizada pelos/as Assistentes Sociais. Desta forma, conforme Barroco (2011, p. 212), “a reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional”, e por causa disso, tanto a política de saúde enfrenta diversos desafios para sua consolidação quanto o Serviço Social para articulação e enfrentamento destes, através da defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) universal, integral e gratuito.

Ainda convém lembrar que, mesmo que o cotidiano de trabalho dos/as Assistentes Sociais seja permeado por imposições de funções que não são de sua atribuição e/ou competência, pela intensificação do trabalho e a dificuldade de fortalecimento enquanto categoria profissional que compõe uma equipe de saúde, é possível ir para além de demandas emergenciais através de posicionamento e qualificação permanente, a fim de impulsionar e manter vivas as forças sociais apesar

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

do contexto adverso, no qual a lógica neoliberal conduza à *banalização do humano*, à *descartabilidade* e a *indiferença* (IAMAMOTO, 2008).

## 2.1. Os reflexos da reificação capitalista na garantia da saúde enquanto direito social

A Seguridade Social refere-se ao conjunto de direitos sociais garantidos na Carta Magna de 1988, e abrange a Previdência, a Assistência Social e a Saúde, como dispõem os artigos 194 a 204, do Capítulo 2, do Título VIII, da Ordem Social. Esta se constrói no Brasil interligada à necessidade de justiça social em meio à crise socioeconômica do capitalismo mundial e o anseio da efetivação da democracia. No que tange à saúde, seu marco está relacionado à Reforma Sanitária brasileira, a partir da realização da VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986, a qual exerceu ponderável influência na Assembleia Nacional Constituinte, de 1987, sendo reconhecida enquanto direito de todos e dever do Estado no artigo 196 com a promulgação da Constituição de 1988.

Com a VIII Conferência Nacional de Saúde, a saúde passou a ter uma concepção ampliada<sup>6</sup>. Apesar de ser posta enquanto direito, a realidade de efetivação da Seguridade Social mostra-se distante do que está previsto legalmente. É válido ressaltar que o processo de Reforma Sanitária não se deu sem tensões, mas esta ganhou legitimidade, fomentando a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem por princípios a universalidade, a integralidade e a equidade. Apesar de se consolidar como uma política pública, a ofensiva neoliberal tende a desmontar o direito à saúde e seus princípios, privatizando, fragmentando e mercantilizando os serviços, tornando incerta a concepção de que esta é um direito universal, passando a ser apreendida enquanto possibilidade de obtenção de lucro, principalmente devido

<sup>6</sup> Conforme a Lei Orgânica da Saúde (nº 8.080/1990), no artigo 3: Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (BRASIL, 1990).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

a disseminação de sua concepção associada apenas às doenças, havendo a comercialização de medicamentos, tratamentos, próteses, etc. Consoante Crocco (2009, p. 53), o processo de reificação “encobre as relações humanas e as manifestações da vida do homem que são colocadas no objeto da produção”. Nessa perspectiva, a saúde passa de uma condição natural e um direito para um objeto passível de ser adquirido no mercado de bens de consumo. Assim, de acordo com Lefèvre (1983),

A sociedade de consumo, ao mesmo tempo que promove, por todos os seus canais de comunicação, a ideia de que qualquer sofrimento, qualquer dor, qualquer estado, enfim, que fuja daquilo que ela institui como padrão, inclusive estético, constitui algo insuportável para o indivíduo; por outro lado, oferece a solução mágica, na ponta dos dedos: os comprimidos. (LEFÈVRE. 1983, p. 3).

Destarte, os interesses que envolvem a saúde pública têm sofrido impasses pela ofensiva neoliberal de avanço da mercantilização desta, havendo destaque para a indústria farmacêutica e para os planos de saúde, que privilegiam o capital privado e a enfraquecem. Outro fator marcante tem sido a falta de investimentos estatais devido a concentração e/ou congelamento de recursos, o que se mostra contrário ao ideário do SUS. Ao restringir o financiamento do setor saúde, este fica à mercê da política de ajuste fiscal, cada dia mais restritiva, de caráter contingencial e à tentativa de desmonte e de mercantilização dos direitos, beneficiando o mercado financeiro. O SUS é marcado por uma necessidade de investimento contínua em seus sistemas, tendo em vista a alta demanda.

Dado a esse contexto, é a partir da luta e organização coletiva em prol da construção de uma consciência de classe emancipatória, que questione a realidade posta pela ordem burguesa hegemônica, que será possível obter a efetivação dos direitos garantidos em lei, incluindo o direito à saúde, visto que essa é uma necessidade básica do ser humano. Frente à ofensiva burguesa e à reificação, enquanto maneiras de o modo de produção capitalista estruturar o processo de produção e o conjunto da vida em sociedade, entende-se que esta realidade se

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

manifesta ao nível da consciência e, assim, consoante Crocco (2009, p. 61 e 62), “a consciência da classe operária surge como um pensamento coletivo organizado capaz de olhar para além das determinações vigentes e da aparência ideológica da sociedade burguesa”.

### 3. OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, que passou a ser construído na segunda metade da década de 1970 vinculado aos interesses da classe trabalhadora tanto pelo movimento de reconceituação e renovação<sup>7</sup>, quanto pelo marco da profissão que foi o Congresso da Virada<sup>8</sup>, e este projeto visa a transformação da realidade, já que as ações profissionais expressam uma direção social anticapitalista, tendo como elementos constitutivos: “*uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.*” (PAULO NETTO, 1999, p. 98 apud TEIXEIRA, 2009, p. 7) e como arcabouço legal e institucional tem o Código de Ética profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social da ABEPSS<sup>9</sup> de 1996 que materializam o fazer profissional.

Esse mesmo projeto *avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade*

<sup>7</sup> Conforme Paulo Netto (2005): “A principal conquista da Reconceituação, porém, parece localizar-se num plano preciso: o da recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo (quase sempre um executor terminal de políticas sociais). Reivindicando atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microsocial, valorizando nas funções profissionais o estatuto intelectual do assistente social [...]”

<sup>8</sup> O “Congresso da Virada” ou III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), realizado de 23 a 27 de setembro de 1979, de acordo com Iamamoto (2019, p. 3), “[...] é um marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica, [...] foi a primeira e tardia manifestação massiva da categoria dos assistentes sociais contra a ditadura militar-empresarial e o poder de classe que a sustentou.”

<sup>9</sup> Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

PROMOÇÃO



APOIO





e por uma nova reação conservadora no seio da profissão *na década que transcorre*. (TEIXEIRA, 2009, p. 13).

De acordo com Miotto e Nogueira (2009, p. 236) “[...] também são estruturantes da ação profissional, a saber: os objetivos – definidos a partir das demandas/necessidades dos usuários/sujeitos e do espaço sócio-ocupacional – e as abordagens para a aproximação com a realidade e com os sujeitos destinatários da ação.” É primordial a compreensão das atribuições e competências dos/as Assistentes Sociais em seu trabalho na saúde pública, haja vista o trabalho desempenhado de forma interdisciplinar. Consoante Pedó *et al* (2015),

O assistente social enquanto membro de uma equipe proporciona ao usuário um profissional com sensibilidade para avaliar as condições de saúde do indivíduo, interpretando com atenção as nuances que se apresentam, além de proporcionar o encaminhamento de ações e orientações quanto aos seus direitos. No entanto, esta ação deve estar pautada nos princípios ético-políticos, [...] visto que não raro observa-se que membros da equipe ou a própria instituição, diante das condições de trabalho, das inúmeras e crescentes demandas, ou mesmo por desconhecimento das competências dos assistentes sociais, transferem ou requisitam ao profissional de Serviço Social, ações que não condizem com suas atribuições. (PEDÓ *et al*, 2015, p. 233).

Conforme Pedó *et al* (2015) “[...] algumas condições se impõem como desafios para o Assistente Social, dificultando a implantação e consolidação de seu Projeto Profissional.” O cenário atual de desafios tem incidido, de maneira recorrente, a perfil do trabalho na área da saúde com práticas fragmentadas e com a perda da análise de totalidade da vida social ocasionada pela desigualdade de acesso aos serviços de saúde, baixa remuneração e sobrecarga dos/as profissionais, longas filas, inoperância, demandas burocratizadas, desconhecimento do fluxo da rede socioassistencial, precariedade dos serviços por falta de investimentos públicos, pela terceirização, mudanças no processo de trabalho e vínculos trabalhistas, agravamento dos determinantes sociais de saúde<sup>10</sup>, etc.

A compreensão da desigualdade social existente na sociedade capitalista possibilita a apreensão do quanto a vulnerabilidade social, presente no âmbito da

<sup>10</sup> Ver Morosini (2016).

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

saúde pública, é alarmante, já que, muitos/as usuários/as precisam de orientações pós-consulta por não entenderem a linguagem técnica utilizada, manifestam medo de questionar e esclarecer dúvidas com a equipe de saúde, apresentarem direitos violados que não são percebidos em sua totalidade pela falta de análise das condições de vida e apresentarem necessidades de encaminhamentos para a rede de serviços, entre outras. Ou seja, há muitas necessidades de saúde que são desvinculadas de necessidades sociais, e diante disso, demanda-se a atuação de assistentes sociais nesses espaços, contudo, as especificidades dos processos de trabalho dos/as assistentes sociais na saúde repercutem diretamente no modo como sua ação profissional se operacionaliza. Conforme Tierling (2013),

A ação profissional visa atender as demandas a partir de uma escuta qualificada, acolhimento, conhecimento da rede sócio-assistencial e os recursos disponíveis na comunidade e sua atuação sempre voltada para a perspectiva do direito ao acesso de bens e serviços públicos. (TIERLING, 2013, p. 2).

Há uma distância entre o que é projetado (teleologia, que é a projeção de finalidades) e o que é realizado efetivamente, diante do fato de a realidade ser dinâmica e as transformações desta não dependerem exclusivamente das ações e intencionalidade profissionais porque há determinações objetivas envolvidas.

A inserção dos assistentes sociais nos serviços de saúde, é importante pontuar, se dá na forma como a sociedade e seus empregadores recortam e compreendem as necessidades dos usuários, como organizam seus objetivos e que propostas de intervenção respondem as demandas e necessidades colocadas, pois o trabalho dos assistentes sociais não se realiza independente do contexto histórico, político e social que o determinam e o definem. Ao contrário, têm na conjuntura sócio-econômica, política e institucional, suas possibilidades e limites. (MOURÃO *et al*, 2006, p. 08).

Dito isso, os/as Assistentes Sociais são desafiados a defender a democracia e a consubstanciar um trabalho que questione as perspectivas neoliberais para a saúde e para as políticas sociais. (CFESS, 2010). Estes são legitimados, enquanto profissionais inseridos na divisão social e técnica do trabalho, para operacionalizar as demandas que refletem as expressões da questão social que se manifestam no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



cotidiano dos serviços públicos de saúde. Demandas essas que extrapolam as questões referentes às doenças porque refletem as mazelas que o capitalismo produz e que se traduzem em necessidades das pessoas que usam o sistema de saúde, sendo objeto de trabalho fundante da profissão e elemento para a efetivação do exercício profissional. É imprescindível que se haja a articulação entre as requisições profissionais e os princípios da profissão para que se realize intervenções qualificadas e críticas que se contraponham às abordagens tradicionais, funcionalistas, psicologizantes, burocráticas, acríicas e pragmáticas.

## 4. CONCLUSÃO

Dado o exposto, compreende-se, pela discussão proposta, o quanto a ofensiva neoliberal tem ocasionado desafios para a concretização do trabalho dos/as Assistentes Sociais na saúde pública. Conforme os Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (CFESS, 2010, p. 41) na saúde, estes profissionais “atuam em quatro eixos: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional.” Assim, faz-se necessária a problematização crítica das expressões cotidianas e imediatas da realidade reificada como meio de o profissional exercitar a sua relativa autonomia e orientar suas respostas profissionais com base nas condições objetivas para desempenhar seu trabalho, haja vista o tensionamento existente entre as diretrizes, valores e fundamentos teóricos expressos no projeto ético-político e entre os determinantes técnico-institucionais que permeiam as relações de produção e reprodução social. Consoante Mota (2014, p. 701 e 702), “[...] defendemos a necessidade de exercitar nossa capacidade de análise da experiência profissional cotidiana, [...] é necessário assumir o desafio de responder cotidianamente à questão: *quais aspectos da produção e reprodução da realidade foram ou poderiam ser tensionados pela ação do Serviço Social?*.”

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Pode-se afirmar que a relação entre o projeto ético-político do Serviço Social e a Reforma Sanitária brasileira se apresenta no objetivo em comum de universalizar o acesso à saúde com uma perspectiva de análise da totalidade social que os sujeitos estão inseridos para prevenção, proteção, promoção e manutenção da saúde, a partir de relações democráticas e emancipadoras de fortalecimento e participação dos/as usuários/as na defesa do SUS descentralizado e sob controle social. Nesta perspectiva, é fundamental levar em consideração as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, que são indissociáveis na prática profissional.

Destarte, a atuação de Assistentes Sociais na saúde é desafiadora, diante do fato de que, como diz Barroco (2011, p. 207): “[...] a ideologia neoliberal pós moderna declara o “fracasso”: dos projetos emancipatórios, das orientações éticas pautadas em valores universais, da razão moderna, da ideia de progresso histórico e de totalidade”, e é nesta realidade que a política de saúde precisa enfrentar os impasses por meio da participação da população em prol da Reforma Sanitária e lutas por ampliação de orçamento e recursos, e de participação cidadã, questionando os trames das crises capitalistas que favorecem os detentores de capital e sucateiam as políticas públicas.

É mister o reconhecimento da importância da análise histórica e conjuntural para que se proponham intervenções qualificadas e críticas e para que se valorize a prática profissional dos/as Assistentes Sociais na saúde pública. Além disso, é indispensável discutir os aspectos pertinentes à formação profissional continuada, a agudização das expressões da questão social resultante da sociabilidade capitalista e das condições de trabalho, haja vista que este cenário demanda profissionais capacitados para responder à complexidade posta através de estratégias coletivas de reflexão sobre a realidade para a resistência pela vida e contra a barbárie (im)posta pelo caráter destrutivo da sociabilidade capitalista através da formação de consciência de uma classe de sujeitos-históricos que visem a transformação social,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

busquem a materialização dos princípios da Reforma Sanitária, mas principalmente com vistas a superação da realidade reificada e a emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-14.

BARROCO, Maria Lucia S. Barroco. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990.

BRASIL. **Relatório final de VIII Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, 1987.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. **Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate**. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional, v. 4, p. 1-22, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília: CFESS, 2010. 81 p.

CROCCO, Fábio Luiz Tezini. Georg Lukács e a reificação: teoria da constituição da realidade social. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 1, n. 02, p. 49-63, 2009.

GOMES, Lucélia *et al.* A PRÁTICA DE PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 9, n. 3, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho dos Assistentes Sociais na Atualidade**. Atribuições privativas do (a) Assistente Social em questão. Brasília. CFESS. 2002.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos**. n. 136, pp. 439-461, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: o capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEFÈVRE, F. A função simbólica dos medicamentos. **Rev. Saúde Pública** [online], São Paulo, v. 17, n. 6, dez. 1983.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social. **Revista Katálysis**, v. 19, p. 351-360, 2016.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Serviço Social e Saúde: desafios intelectuais e operativos. **Ser Social**, v. 11, n. 25, p. 221-243, 2009.

MOROSINI, Márcia Valéria Guimarães Cardoso. Precarização do trabalho: particularidades no setor saúde brasileiro. **Trabalho, Educação e Saúde**, 14, p. 5–7, 2016.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 694-705, 2014.

MOURÃO, Ana M.A. *et al.* A formação dos trabalhadores sociais no contexto neoliberal. O projeto das residências em saúde da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**, v. 2, p. 1-31, 2006.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

PEDÓ, Jane Cláudia *et al.* O assistente social na área da saúde e o projeto ético-político profissional. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, p. 227-242, 2015.

TEIXEIRA, Joaquina Barata *et al.* O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009.

TIERLING, Mariana Wadi. O FAZER PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL INSERIDO NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA: FOCO NA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO. **Salão do Conhecimento**, 2013.

PROMOÇÃO



APOIO

